

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. São Paulo, 24 de Março de 2014

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2013		01/01/2012		Nota	31/12/2013		01/01/2012	
	31/12/2013	Ajustado	31/12/2013	Ajustado		31/12/2013	Ajustado	31/12/2013	Ajustado
Ativo									
Ativo Circulante									
	17.546	13.783	28.694			46.482	36.798	41.579	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.f	79	88	72		1.331	866	8.709	
Aplicações Financeiras	4&18.f	223	791	26.234	7	1.317	995	1.356	
Créditos Tributários - Correntes	9.d	16.269	11.373	1.001		18.928	22.447	22.759	
Outros Ativos Financeiros		938	1.096	1.110		4.245	4.134	4.875	
Outros Ativos		37	435	277		15.994	7.529	3.186	
Provisões					8	4.667	827	694	
Ativo não Circulante	73.054	68.515	48.985			9.676	26.763	12.619	
Aplicações Financeiras	4&18.f	47.808	41.609	21.664					
Contas a Receber		728	1.380	6			55	85	
Depósitos Judiciais		4.137	3.662	3.336			9.621	26.778	
Créditos Tributários		19.064	20.613	22.404			56.158	63.561	
Correntes	9.d	7.526	3.536	9.152					
Diferidos	9.b	11.538	17.077	13.252					
Outros Ativos		227	-	91					
Ativo Tangível	5	545	946	1.243			573	(12.327)	(4.906)
Ativo Intangível	6	545	305	241					
Total do Ativo		90.600	82.298	77.679					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	14.920	2.034	11.847	-	-	28.801
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão do CPC 33)	-	-	(414)	(4.906)	-	(5.320)
Saldos em 1 de Janeiro de 2012 Ajustado	14.920	2.034	11.433	(4.906)	-	23.481
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão do CPC 33)	-	-	(437)	(7.421)	438	(7.420)
Aumento de Capital	10.a	10.000	(10.000)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.846	3.846
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	214	-	(214)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	(1.170)	(1.170)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	2.900	(2.900)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado	24.920	2.248	3.896	(12.327)	-	18.737
Plano de Benefícios a Funcionários (Adoção da Nova Versão do CPC 33)	-	-	-	12.900	-	12.900
Lucro Líquido	-	-	-	-	4.355	4.355
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	218	-	(218)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	-	(1.550)	(1.550)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	2.587	(2.587)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	24.920	2.466	6.483	573	-	34.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto, entre outros, desenvolvimento e implantação de infraestrutura de tecnologia, gestão de processamento de serviços de tecnologia, suporte técnico, gestão de recursos de comunicação - dados e voz, suporte de infraestrutura em sites de processamento distribuído, suporte de equipamentos de uso corporativo, mesa de operações e Call Center e suporte à implantação de projetos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente.

As receitas da Produban nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 18.1.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Produban, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Produban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 24 de março de 2014.

A Produban adotou todas as normas e interpretações que entraram em vigor em 2013. As principais normas aplicáveis a Produban foram:

- CPC 46 - Mensuração ao Valor Justo - Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu também o IFRS 13, que substitui a orientação sobre a mensuração do valor justo na literatura existente de contabilidade em IFRS com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. No entanto, IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.

As alterações introduzidas pela adoção do CPC 33 - Benefícios a Empregados (equivalente ao IAS 19 no IFRS), incluíram mudanças significativas na apresentação dos componentes de custos relativos à obrigações pós-emprego (custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação) e custo de juros líquido, que devem ser reconhecidos em lucros ou prejuízos e o componente de remuneração (que contemplam basicamente os ganhos e perdas atuariais), que devem ser reconhecidos no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial, não podendo ser reclassificado no resultado. De acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), estas alterações implicam em mudança de prática contábil e devem ser aplicadas retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2013, ajustando os saldos iniciais para o período mais antigo apresentado, como se a nova prática contábil tivesse vigente para estes períodos. O impacto desta prática contábil foi o seguinte:

	31/12/2012		Demonstração do Resultado (R)	
	Provisões (R)	Diferidos	Patrimônio Líquido (R)	01/01 a 31/12/2012
Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012	827	-	-	-
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	19.967	6.789	(13.178)	(438)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados	20.794	6.789	(13.178)	(438)
	01/01/2012			
	Provisões (R)	Diferidos	Patrimônio Líquido (R)	01/01 a 31/12/2012
Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2011	694	-	-	-
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	8.060	2.740	(5.320)	
Saldos em 1 de Janeiro de 2012 Ajustados	8.754	2.740	(5.320)	

(1) Registrado na rubrica "Provisões - Fundos de Pensões".

(2) Registrado na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" e "Reserva para Equalização de Dividendos".

(3) Registrado na rubrica "Despesas com Pessoal e Outras Despesas", líquido dos efeitos fiscais.

A Administração da Produban também não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que representa uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da

venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e

- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados ao valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Produban avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Produban avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestitação de Serviços:

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e no opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Produban. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Produban, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Produban como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabelece alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo foram suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos foram devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

j) Remuneração Baseada em Ações

A Produban, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da afer

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.

Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente e de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.

Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato dessa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros estavam classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e avaliados ao custo amortizado, através do método de juros efetivos, assim resumidos:

	31/12/2012	
	Ativo	Passivo
Ativos Financeiros - Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e Equivalentes de Caixa	79	88
Aplicações Financeiras	48.031	42.400
Contas a Receber	728	1.380
Depósitos Judiciais	4.137	3.662
Outros Ativos Financeiros	938	1.096
Adiantamentos e Ateçapções Salariais	850	1.046
Adiantamentos com Despesas Administrativas	88	50
Total	53.913	48.626
Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		
	31/12/2013	31/12/2012
	Ajustado	Ajustado
Contas a Pagar	1.331	866
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18.f)	1.317	995
Total	2.648	1.861

Mensuração do Valor Justo

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Hierarquia de Valor Justo

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Produban Serviços mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.
- Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

8. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012 Ajustado		
	Fiscais	Trabalhistas	Fundos de Pensão	Fiscais	Trabalhistas	Fundos de Pensão
Saldo Inicial	1.445	5.266	20.794	1.415	2.846	8.754
adições Debitadas ao Resultado:						
Constituição Líquida de Reversão	7	4.585	(399)	113	3.235	40
Despesas com Juros (Nota 17)	-	-	2.117	-	-	72
Despesas com Pessoal	-	-	2.011	-	-	864
Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1) (Nota 1.b)	-	-	(19.545)	-	-	11.907
Baixas por Pagamentos	-	(1.052)	(941)	(83)	(815)	(843)
Saldo Final	1.452	8.799	4.037	1.445	5.266	20.794

b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Produban com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Produban tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo que a Produban vem discutindo judicialmente são os impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL - R\$ 1.287 (31/12/2012 - R\$ 1.264).

c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Provável

O principal processo que a Produban vem discutindo judicialmente são os impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL - R\$ 1.287 (31/12/2012 - R\$ 1.264).

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

As ações com classificação de perda provável, de natureza tributária, totalizaram R\$621.193 e trabalhistas R\$5.428. O principal processo é:

Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Produban foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda pendente de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$605 milhões.

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

e.1) Plano de Pensão Complementar

A Produban patrocina, juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e plano de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

f) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Produban, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamento Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

g) Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

h) Santander Previdi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2013 relativo a SantanderPrevi foi de R\$1.684 (2012 - R\$1.824).

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2013	
	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(50.054)	(1.154)
Valor Justo dos Ativos do Plano	54.827	1.448
Sendo:		
Superávit	7.839	295
Déficit	(3.066)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	7.839	295
Ativo Atuarial Líquido	-	-
Passivo Atuarial Líquido	3.066	-
Contribuições Efetuadas	633	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(3.214)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.386	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(7.780)	399
	31/12/2012	
	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(74.946)	(306)
Valor Justo dos Ativos do Plano	62.492	1.055
Sendo:		
Superávit	5.859	749
Déficit	(18.313)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	5.859	749
Ativo Atuarial Líquido	-	-
Passivo Atuarial Líquido	18.313	-
Contribuições Efetuadas	604	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(625)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(17.584)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	12.944	324
e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica		
Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.		

Conciliação dos Ativos e Passivos

	31/12/2013	Cabesp 31/12/2012 Ajustado
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.080)	(13.502)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.110	11.020
Sendo:		
Déficit	(971)	(2.481)
Ativo Atuarial Líquido	-	-
Passivo Atuarial Líquido	971	2.481
Contribuições Efetuadas	308	239
Receita (Despesas) Reconhecidas	(515)	(350)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(518)	(2.384)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(6.977)	2.241

As Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos foram:

- Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial:		
.Banesprev e Sanprev - 11,2% (2012 - 8,7%).		
.Cabesp - 11,3% (2012 - 9,0%).		
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte:		
.Banesprev e Sanprev - 11,2% (2012 - 8,7%).		
.Cabesp - 11,3% (2012 - 9,0%).		
- Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo:		
.Banesprev e Sanprev - 4,5% (2012 - 4,5%).		
- Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários		
.Banesprev e Sanprev - 5,0% (2012 - 5,0%).		
- Tábua Biométrica de Mortalidade Geral		
.AT2000 (2012 - AT2000).		

	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Experiência do Plano	11.535	(1.294)	6.704
Mudanças em Hipóteses Financeiras	22.315	394	2.851
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	102	133
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	33.850	(798)	9.687
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(14.279)	307	(7.970)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(14.279)	307	(7.970)

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	-	-
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	1.034	(816)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais

	Duração (em Anos)		
Banesprev I			15,73
Banesprev II			13,51
Banesprev IV			16,01
Sanprev II			15,73
Cabesp			20,88

e.3) Remuneração com Base em Ações

A Produban Serviços de Informática S.A. possui um programa de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. São elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Produban, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo.

e.3.1) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo
Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Produban estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (P109) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (P110/P111/P112/P113 e P114). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continueu trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano P112 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão a Produban durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descartando o valor à taxa de juros sem risco.

	P111	P112	P113	P114
Volatilidade esperada ⁽¹⁾	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos títulos nos últimos 5 anos	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (dividendo do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

⁽¹⁾ Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data de Início do período de exercício	Data final do período de exercício
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2010	97.292				
Opções Exercidas/Canceladas (P111)	(26.200)	2008	Executivos	21/06/08	31/07/11
Opções Concedidas (P113)	788	2010	Executivos	01/07/10	31/07/13
Opções Concedidas (P114)	43.399	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2011	115.279				
Opções Exercidas/Canceladas (P12)	(33.350)	2009	Executivos	19/06/09	31/07/12
Opções Canceladas (P114)	(3.749)	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2012	78.180				
Opções Canceladas (P113)	(38.530)	2010	Executivos	01/07/10	31/07/13
Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2013	39.650				
Plano I13	-	2010	Executivos	01/07/10	31/07/13
Plano I14	39.650	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Total	39.650				

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$280 (2012 - R\$410), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Resultado antes da Tributação	5.554	5.375
Juros sobre o Capital Próprio	(1.550)	(1.170)
Resultado Líquido Ajustado	4.004	4.205

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente

Outros Ajustes	(1
----------------	----



Produban Serviços de Informática S.A.

CNPJ nº 94.870.557/0001-27

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente
Miguel Yebra Saceda

Diretor Executivo
Enrique Sánchez Hilara

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Produban Serviços de Informática S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Produban Serviços de Informática S.A em

31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1.a às demonstrações financeiras, a qual indica que as receitas da Sociedade estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Santander Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 24 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte.